

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Biegging

Raul Inácio Busarello

ISBN 978-85-7221-633-3

2026

*Hermindo João Wimpe
Cristiane Weide Gonçalves
Moises João Wimpe
Runice Cá*

MEMÓRIA E SILÊNCIO DA FLORESTA:

O DESAPARECIMENTO DA FAUNA
E FLORA EM MATU DI KON

RESUMO

O texto apresenta Matu di Kon, uma tabanca da Guiné-Bissau, como um território que ultrapassa sua dimensão geográfica, constituindo-se como espaço de memória, identidade e formação do autor. A vida comunitária, baseada na agricultura e na convivência entre diferentes grupos étnicos, sempre foi marcada por uma relação equilibrada com a natureza. No entanto, essa relação vem sendo progressivamente rompida devido a práticas como o uso de armas de fogo, a caça descontrolada (inclusive internacional), o uso de venenos agrícolas, atropelamentos, queimadas frequentes e desmatamento.

Essas ações provocaram o desaparecimento da fauna e da flora, afetando não apenas o meio ambiente, mas também os vínculos sociais, culturais e afetivos da comunidade, além de comprometer a produção agrícola e a segurança alimentar. O texto também evidencia a responsabilidade das autoridades, destacando a omissão, a fragilidade institucional e a corrupção como fatores que agravam a crise socioambiental. As mudanças climáticas, percebidas na irregularidade das chuvas, intensificam ainda mais os impactos, levando ao abandono de áreas agrícolas e à escassez de recursos naturais.

Metodologicamente, o trabalho adota uma abordagem qualitativa, baseada na pesquisa bibliográfica e, principalmente, no relato de experiência, em que as vivências do autor constituem a principal fonte de análise. Por fim, o texto defende a necessidade de reconexão com os saberes ancestrais como caminho para enfrentar a crise ecológica, ressaltando que o problema, embora global, é vivido de forma concreta em Matu di Kon e exige uma transformação ética, cultural e educativa na relação entre ser humano e natureza.

Palavras-chave: degradação ambiental; biodiversidade; saberes ancestrais; sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O texto apresenta Matu di Kon, uma tabanca da Guiné-Bissau, como um espaço que vai além de sua localização geográfica, sendo um território de memória, identidade e formação do autor. A vida comunitária é marcada pela agricultura, pela convivência entre diferentes grupos étnicos e por uma relação tradicional de respeito com a natureza, aprendida desde a infância.

Ao longo do tempo, essa relação equilibrada foi sendo rompida. A introdução de armas de fogo, a caça descontrolada (inclusive por estrangeiros autorizados), o uso de venenos na agricultura, os atropelamentos, as queimadas frequentes e o desmatamento contribuíram para o desaparecimento progressivo da fauna e da flora. Essas práticas não afetam apenas o meio ambiente, mas também os vínculos sociais, culturais e afetivos da comunidade, além de comprometerem a produção agrícola e a segurança alimentar.

O texto também destaca a responsabilidade das autoridades, apontando falhas institucionais, omissão e corrupção como fatores que agravam a degradação ambiental. As mudanças climáticas, perceptíveis na irregularidade das chuvas, intensificam ainda mais os problemas, levando ao abandono de áreas agrícolas e à escassez de recursos como água e peixe.

Diante desse cenário, o autor defende a necessidade de reconexão com os saberes ancestrais, que valorizam o equilíbrio, o respeito e a responsabilidade na relação com a natureza. A crise ambiental é apresentada como um problema global, mas vivido de forma concreta em Matu di Kon, exigindo não apenas soluções técnicas, mas uma transformação ética, cultural e educativa na forma como os seres humanos se relacionam com o mundo natural.

Para a realização deste trabalho, optou-se por uma abordagem qualitativa, articulada à pesquisa bibliográfica e ao relato de

experiência como estratégia metodológica. A abordagem qualitativa possibilita compreender os fenômenos a partir de seus significados, contextos e vivências, valorizando a interpretação do pesquisador enquanto sujeito inserido na realidade estudada.

A pesquisa bibliográfica consistiu na análise de produções já publicadas sobre o tema, como livros, artigos científicos e outros materiais relevantes. Segundo Marconi e Lakatos (2010), esse tipo de pesquisa abrange o exame de estudos anteriormente desenvolvidos, permitindo ao pesquisador dialogar com o conhecimento já existente e fundamentar teoricamente sua investigação. Além disso, conforme destacam Marconi e Lakatos (2011, p. 44), a pesquisa bibliográfica pode ser considerada o primeiro passo de toda pesquisa científica.

Entretanto, este trabalho caracteriza-se, sobretudo, pelo relato de experiência, uma vez que se baseia predominantemente nas vivências, percepções e reflexões do próprio autor no contexto analisado. Nesse sentido, a experiência pessoal não é utilizada apenas como ilustração, mas como fonte central de produção de conhecimento, articulada com as contribuições teóricas da literatura. Essa combinação permite uma análise mais sensível e contextualizada da realidade estudada.

FUNDAMENTAÇÃO

MATU DI KON: TERRITÓRIO DE MEMÓRIA, PERTENCIMENTO E IDENTIDADE

Matu di Kon é uma das tabancas da Guiné-Bissau. Situa-se na província de Leste, região de Bafatá, no sector de Bambadinca, entre Gã-Mbana e Salquenha. É uma tabanca bastante conhecida no país por localizar-se ao lado da estrada que liga a capital, Bissau,

às províncias do Leste e do Sul. No entanto, para além da sua localização geográfica, Matu di Kon é, para mim, um território de memória, formação e pertencimento. Foi ali que vivi desde os primeiros dias da minha vida, aprendendo com a floresta, com os animais, com a agricultura e com os modos comunitários de viver. É por isso que, ao falar do desaparecimento da fauna e da flora de Matu di Kon, não falo apenas de um problema ambiental abstrato, mas de uma perda concreta, histórica, afetiva e civilizatória.

Sinto-me orgulhoso de ser filho de Matu di Kon, uma tabanca que me acolheu desde a infância e me ofereceu múltiplas experiências com a natureza. Ali, aprendi a nadar, caçar, subir palmeiras, lavrar e reconhecer diferentes formas de vida. O próprio nome da tabanca já sugere essa ligação profunda com os animais. Matu di Kon surgiu da tentativa de aporuguesar o nome crioulo da Guiné-Bissau “Matu di Kon”. Em crioulo, *kon* é o nome de uma das espécies de macacos que existiam em abundância nessa localidade, razão pela qual o lugar recebeu esse nome. Quando tentaram registrar oficialmente a tabanca em português, a escrita ficou como “Mato de Cão”, embora sua origem nada tenha a ver com o cão. Por isso, opto por escrever aqui o nome como ele deveria ser: **Matu di Kon**, tanto para me referir à tabanca quanto à memória da espécie de macaco que lhe deu origem. Esse gesto não é apenas linguístico; é também político, pois recuperar o nome é recuperar parte da história que a tradução inadequada obscureceu.

Em Matu di Kon, dependemos da agricultura para o sustento familiar. Todos os moradores cultivam a terra para garantir a própria comida, o que historicamente fortaleceu a nossa relação com a natureza. O meu pai é um grande agricultor, razão pela qual os Balantas o chamam de *Botchi-Malu*, expressão que pode ser traduzida como “terra de arroz”, um nome conquistado pela grande quantidade de arroz que conseguia colher a cada ano. Os Balantas são um dos grupos étnicos presentes em Matu di Kon, ao lado de Mandjakus, Mandingas e Fulup. Essa diversidade mostra que a tabanca não é

apenas um espaço agrícola, mas também um espaço de convivência entre diferentes grupos, saberes e formas de relação com a terra. Por isso, quando a fauna e a flora desaparecem, não se perde apenas biodiversidade; perde-se também uma parte do tecido social, do conhecimento local e da memória coletiva. Essa percepção dialoga com o ODS 2, que associa segurança alimentar e agricultura sustentável, e com o ODS 15, que convoca à proteção dos ecossistemas terrestres, ao combate à desertificação e à preservação da biodiversidade (Nações Unidas, 2015, p. 5-7; p. 40).

ENTRE TIROS E AUSÊNCIAS: A DESTRUIÇÃO DA FAUNA EM MATU DI KON

Antigamente, a caça em Matu di Kon era feita por meio de armadilhas. Esse modo de caçar permitia ao caçador decidir previamente a espécie e o tamanho do animal, o que possibilitava selecionar apenas animais maduros, em idade adequada para a caça. Havia, portanto, um certo controle ético e prático do ato de caçar. Não se tratava de uma relação idealizada ou romântica entre ser humano e natureza, mas de uma relação marcada por limites. Com o passar do tempo, essa situação começou a mudar, sobretudo quando os instrumentos tecnológicos passaram a circular com mais intensidade em minha comunidade. Ficamos perdidos quanto ao rumo, isto é, a boa relação com a floresta e com o restante da criação passou a tornar-se cada vez mais desafiadora, principalmente com a multiplicação das armas de fogo, que também favoreceu o crescimento do número de caçadores desorientados.

Chamo esses caçadores de desorientados porque muitos já não sabem qual é o tempo adequado para caçar, nem que tipo de animal deve ser caçado em cada época. A arma de fogo alterou não apenas a técnica, mas também a própria ética da caça. Lembro-me de um dia em que, após uma caçada, meu tio chamou a mim e a

meus primos para prepararmos a carne. Quando abrimos a barriga do animal, encontramos dois filhotes mortos. Naquele momento, perguntei-me se ele não tinha como perceber que a fêmea estava grávida. Quando meu pai chegou e viu a situação, exclamou: — que agora qualquer pessoa com acesso a uma arma se considerava caçadora. A cena ficou gravada em mim não apenas pelo choque, mas também porque sintetiza a ruptura entre a prática orientada por conhecimento e limite e a prática conduzida pela pressa, pela força letal e pela falta de critério. Aqui, a questão que o capítulo levanta é decisiva: **quando a técnica amplia a capacidade humana de matar, mas não amplia sua responsabilidade ética, o que acontece com a vida coletiva, humana e não humana?**

Antes da multiplicação de armas de fogo, era possível ver bandos de diferentes espécies de animais, inclusive de *Kon*, descendo da floresta em busca de água nos pastos naturais. Esse movimento foi diminuindo gradativamente até a extinção de várias espécies que as crianças de hoje já não tiveram a oportunidade de conhecer. Com a arma de fogo, muitos animais que antes estavam próximos dos humanos passaram a desconfiar dos movimentos e dos barulhos produzidos por caçadores incontrolados na floresta. Cada disparo representava menos um membro da família animal. Era um som que coincidia com o desaparecimento de alguém da selva: um filho, uma mãe, um companheiro, o chefe do grupo. O morto era reconhecido pela ausência do seu cheiro no bando e pelo rastro de sangue que ligava a mata às moradas humanas. Esse desaparecimento progressivo da fauna revela, com grande força, a falência de uma relação equilibrada com os ecossistemas e dialoga diretamente com o ODS 15, que propõe deter a perda de biodiversidade e restaurar os ambientes degradados (Nações Unidas, 2015, p. 40).

Enquanto os animais tentavam suportar a caça local, as autoridades permitiram a caça internacional. No caso específico de Matu di Kon, caçadores europeus passaram a caçar crocodilos e pombos em nossas florestas. Era uma prática recorrente, mas não

cabia à aldeia impedi-la, pois todos sabiam que, quando um branco chegava para caçar, era porque a autoridade havia permitido a sua entrada com arma e munição. Esse detalhe é central, pois mostra que a devastação não decorre apenas de práticas individuais desordenadas; ela também envolve autorização institucional, omissão do poder público e desigualdade no exercício da autoridade. Um dia, enquanto eu pescava, vi um crocodilo morto, de aproximadamente dois metros, com as mandíbulas quebradas. Pouco depois, chegou um homem branco com arma que eu nunca tinha visto, perguntando se eu sabia onde havia mais crocodilos. A imagem daquele animal morto e a naturalidade da pergunta continuam a ecoar em mim como sinal de uma violência legitimada. Nesse ponto, o debate ambiental precisa dialogar com o ODS 16, que propõe instituições responsáveis, eficazes e comprometidas com o interesse público, pois não há proteção ambiental duradoura quando a própria autoridade permite ou negocia a destruição (Nações Unidas, 2015, p. 19).

A caça internacional agravou ainda mais a nossa situação, contribuindo para o afastamento acelerado dos animais que antes viviam próximos das casas, partilhando espaços com humanos. Essa modalidade de caça foi mais violenta porque as armas utilizadas possuíam maior alcance e capacidade de abate a longa distância. Diante disso, cabe uma pergunta que não pode ser evitada: **que desenvolvimento é esse que permite a entrada de caçadores estrangeiros em territórios vulneráveis para retirar justamente aquilo que sustenta a vida local?** Se a natureza é base de sobrevivência, memória e continuidade das comunidades, a sua destruição não pode ser tratada como simples atividade econômica ou lazer autorizado. Ela precisa ser compreendida enquanto violação ecológica e social ao mesmo tempo.

Outro fator que intensificou o desaparecimento da fauna foi o surgimento de produtos de vigilância agrícola, ou venenos colocados nas sementes de arroz antes de serem lançadas na terra para germinar. Esses produtos passaram a funcionar como substitutos da

presença humana no campo: em vez de alguém estar ali para espantar os animais e os pássaros, usava-se uma substância capaz de matar várias espécies, especialmente as de pequeno porte e diferentes tipos de passarinhos. Trata-se de uma contradição grave, porque o produto não impedia que a semente fosse comida; os animais não morriam antes de comê-la. Assim, a semente já havia sido perdida quando o envenenamento fazia efeito. O que se produzia, portanto, não era proteção do plantio, mas disseminação de morte. Aqui, o problema não está apenas no uso de um veneno específico, mas no tipo de racionalidade que busca resolver um conflito ecológico pela eliminação do outro ser vivo. Esse debate aproxima-se do ODS 12, que trata de padrões sustentáveis de produção e consumo, e do ODS 15, que convoca à proteção da biodiversidade e dos ecossistemas terrestres (Nações Unidas, 2015, p. 19; p. 40).

Muitos animais e pássaros vítimas dessa forma de vigilância eram encontrados mortos no local ou nos arredores. Nem todos morriam imediatamente; alguns eram encontrados mais adiante, em decomposição na floresta. Enquanto uns morriam envenenados, outros eram reduzidos, pouco a pouco, pelas viaturas na estrada. Há algum tempo, era comum encontrar animais selvagens atropelados, o que também contribuiu para a redução da sua presença. Isso evidencia o quanto a floresta ao redor de Matu di Kon já foi mais rica. Além dos animais selvagens, os domésticos também não escapavam do atropelamento, mesmo havendo placas de sinalização. Já perdemos muitos animais dessa maneira. A minha infância foi marcada pela convivência com animais domésticos e selvagens; era possível vê-los partilhando os mesmos pastos. Essa proximidade tornava a vida mais relacional: os animais tinham nomes, história, presença e função na vida da família.

Eu ainda me lembro dos nomes de alguns dos nossos animais domésticos mais marcantes, especialmente cabras e cachorros. Cada animal tinha o seu nome, e isso fortalecia a nossa familiaridade com eles. Muitos dos cachorros que tivemos morreram não

por doença, mas porque foram atropelados. Nesse tipo de situação, quase nunca há responsabilização. Os motoristas dirigem como querem, mesmo ao passar pela aldeia. Lembro também de uma das nossas cabras, chamada *Kassempa*, que foi atropelada abusivamente num espaço reto, sem curva, onde o motorista podia vê-la com antecedência. Uma testemunha esclareceu que ele dirigiu propositalmente na direção da cabra, parou a viatura, carregou o corpo e foi embora. *Kassempa* recebeu esse nome por sua produtividade; em Mandjaku, o nome remete à ideia de gravidez, e foi-lhe atribuído porque frequentemente ficava prenhe. Quando soube da sua morte, fiquei abalado por muitos dias, pois ela fazia parte da minha alegria e se aproximava muito de mim quando eu cuidava do gado. Essa lembrança mostra que a violência contra os animais não atinge apenas a fauna como categoria abstrata; atinge também os vínculos afetivos, o cotidiano das famílias e a própria sensibilidade humana. Por isso, a pergunta que o texto propõe é incômoda, mas necessária: **até que ponto o desaparecimento dos animais é também sinal de um empobrecimento moral da nossa relação com a vida?**

Um cachorro, para nós, é parte da família. Ele contribui para a segurança da casa, para a caça, para a pastorícia e para outras funções junto ao homem. Mesmo assim, também não escapa do atropelamento em Matu di Kon. Lembro-me de muitos dos nossos cães que, quando desapareciam, eram procurados na beira da estrada e encontrados mortos. A partir desses acontecimentos, não há como não apontar o ser humano como responsável pela extinção e pelo afastamento de muitas espécies de animais. Alguns são atingidos pelas viaturas, outros são caçados incontrolavelmente, outros ainda são envenenados ou expulsos pela destruição dos seus habitats. Como alguém que nasceu, cresceu e viveu em Matu di Kon até a fase adulta, consigo recordar de forma muito concreta como os animais desapareceram gradativamente dos seus antigos espaços de vida. Isso exige de nós uma leitura crítica do desenvolvimento, pois o problema não está apenas no fato de haver mais estrada, mais arma ou

mais produto químico, mas no uso que fazemos dessas ferramentas e no valor que atribuímos à vida não humana.

FOGO, DESMATAMENTO E CRISE SOCIOAMBIENTAL EM MATU DI KON

Um dos principais motivos do desaparecimento e do afastamento de muitas espécies de animais selvagens da nossa floresta é a queima frequente do mato, uma situação cuja responsabilidade quase nunca é assumida. Quando ocorre uma queimada incontrollada, ninguém se apresenta como autor. Dentro da floresta há mistura de ervas e árvores, e muitas dessas ervas secas funcionam como combustível que mantém o fogo durante bastante tempo. Para proteger as hortas de cajueiros, limpamos ao redor delas a vegetação seca, tentando evitar que sejam atingidas caso o fogo se espalhe. Mesmo assim, essas proteções nem sempre funcionam, porque o fogo pode tornar-se extremamente intenso. Durante minha vida como cultivador da terra, vi várias vezes nossa horta de cajueiros e a floresta queimarem. Quando o fogo atinge a área de cultivo, tentamos neutralizá-lo, mas nem sempre conseguimos, pois não temos meios suficientes para conter um incêndio de grandes proporções. Depois que ele atravessa as nossas hortas, segue livremente para o restante da floresta, matando muitos animais, sobretudo os que rastejam e os menos velozes.

Depois de alguns dias, era possível encontrar animais mortos nas áreas já atingidas. O fogo mata até macacos, que são animais muito ágeis. Se isso acontece com eles, o que dizer de tartarugas e outras espécies mais lentas? Enquanto a floresta queima, assistimos a animais fugindo desesperadamente. Alguns conseguem escapar, mas deixam os filhotes para trás. Outros bandos são dispersos de forma tão violenta que nunca mais reencontram seus parentes. Quando o fogo se alastra, muitos animais procuram zonas de água

para se refugiar, mas, passado o incêndio, podem ser encontrados e caçados justamente nesses espaços. As consequências do fogo não se limitam aos animais: as árvores também são profundamente atingidas, o que vem aumentando drasticamente o número de árvores mortas e fragilizando a floresta como um todo. Aqui, o diálogo com o ODS 13 e o ODS 15 é direto. A Agenda 2030 propõe melhorar a educação e a conscientização sobre mitigação e adaptação à mudança do clima, além de assegurar a conservação e a recuperação dos ecossistemas terrestres, deter o desmatamento e combater a desertificação (Nações Unidas, 2015, p. 36; p. 40). O que observo em Matu di Kon mostra, na prática, o que esses ODS tentam enfrentar em escala global.

As autoridades locais, porém, pouco se preocupam com o que acontece com a floresta. Não investigam para identificar os autores das queimadas, embora elas ocorram quase todos os anos. Além das árvores que morrem em consequência do fogo, muitas outras são eliminadas pelo uso crescente de motosserras nas comunidades. Os guardas florestais não assumem plenamente suas responsabilidades, pois, quando encontram pessoas cortando madeira ilegalmente, muitas vezes negociam por próprio benefício e permitem que o corte continue. Essa observação é importante porque mostra que a crise ecológica não pode ser analisada apenas como resultado de escolhas individuais equivocadas. Ela também envolve ausência de fiscalização, corrupção, fragilidade institucional e descompromisso do poder público com o bem comum. Mais uma vez, o ODS 16 torna-se fundamental, pois fala de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas. Sem isso, a defesa da natureza torna-se discurso vazio, incapaz de frear a exploração ilegal e a impunidade (Nações Unidas, 2015, p. 19).

Entre as árvores mais afetadas está o *pão de sangue*, espécie muito utilizada para a produção de madeira e para a confecção do arado balanta, instrumento que usamos no cultivo. No passado, era possível cortar essa árvore para produzir o arado de que precisávamos. Hoje, depois do corte excessivo, essa espécie reduziu

bastante, obrigando-nos a percorrer longas distâncias ou a comprar o arado de pessoas que se dedicam a esse comércio durante o tempo da lavoura. Estou muito preocupado com um futuro próximo, porque não sei de onde tiraremos o arado mais adiante, já que nossas bolanhas não são cultiváveis por máquina e a chuva também tem diminuído muito. Essa situação mostra como a degradação ambiental volta contra a própria comunidade: aquilo que parecia um uso imediato da madeira converte-se, mais tarde, em escassez de instrumentos essenciais ao trabalho agrícola. Aqui, a questão não é apenas ambiental; é também econômica, cultural e alimentar. **Como sustentar a agricultura tradicional se a própria base ecológica que a torna possível está sendo destruída?**

O país possui duas estações do ano: a seca, entre dezembro e abril, e a das chuvas, entre maio e novembro. O clima é tropical, úmido e quente (Pinto, 2009). Nossas estratégias de cultivo sempre dependeram dessa alternância. Durante a seca, aproveitamos para limpar os campos, juntar a palha e preparar o terreno. Quando a chuva chega, iniciamos a lavoura e lançamos as sementes para germinação. Antigamente, a estação chuvosa era mais regular, com chuvas intensas de maio a novembro. Hoje, porém, com tanto desmatamento e outras ações contra a natureza, recebemos respostas que se tornam cada vez mais severas. Nos últimos anos, dificilmente chove em maio, e, quando chove, muitas vezes vem acompanhada de ventos violentos, capazes de destelhar casas e causar novos prejuízos às famílias. Além disso, as chuvas despedem-se mais cedo, vêm com pausas prolongadas e deixam a terra seca por mais tempo, dificultando a germinação das sementes. Esse processo revela de forma muito concreta os efeitos da mudança climática e se relaciona diretamente com o ODS 13, voltado ao enfrentamento dos impactos do clima, e com o ODS 2, que trata da agricultura sustentável e da segurança alimentar (Nações Unidas, 2015, p. 5-6; p. 36).

Esse problema resultou no abandono de vários campos agrícolas que antes eram lavrados para o plantio de arroz e outras

culturas. Na margem esquerda da bolanha de Matu di Kon, considerando a trajetória de Bissau para a região de Bafatá, é possível observar o número de bolanhas abandonadas que, antigamente, eram muito exploradas para o sustento das comunidades ao redor. Hoje, parte dessas áreas serve apenas como pastagem de gado, porque já não oferece condições adequadas para o cultivo. Além do arroz, algumas zonas baixas acumulavam água e serviam também para a pesca. Havia muitas tartarugas e outras espécies vivas nesses espaços. Contudo, depois de tanto desmatamento e tanta alteração climática, esses locais já não acumulam peixes como antes. Algumas lagoas secam muito cedo; outras ainda conservam água por mais tempo, mas já não têm peixe. Nomes como Baniri, Sotchng-Tchiquiri, Kudjikudji e Blore remetem a espaços que antes garantiam pescado em abundância e hoje já não cumprem essa função. Antigamente, o período da colheita do arroz era acompanhado da fatura de peixe, o que evitava gastos adicionais com alimentação. Hoje, a escassez de peixe também dificulta a vida da população local. Esse quadro dialoga com o ODS 6, que trata da água e da gestão sustentável dos recursos hídricos, além de reforçar como solo, água, floresta, pesca e alimentação fazem parte de um mesmo sistema de vida (Nações Unidas, 2015, p. 17-18).

Diante de tudo isso, torna-se necessário aceitar o convite para a reconexão com as nossas raízes, envolvendo-nos com as águas profundas do conhecimento e da sabedoria dos nossos antepassados para redescobrir a essência de viver em harmonia com toda a criação. A ancestralidade abrange também a nossa relação com o restante do mundo vivo. Precisamos lembrar os conhecimentos recebidos dos mais velhos, pois reconectar-se com as raízes significa retomar e colocar em prática a boa relação que eles nos ensinaram. Como afirma Tekoá, “ancestralidade refere-se à ligação entre as gerações passadas e as presentes e pode ser compreendida como herança cultural, biológica e espiritual que recebemos dos nossos antepassados, uma forma de reconhecer e valorizar a

origem, a história e a identidade" (Werá, 2024, p. 77). Essa reflexão é decisiva porque mostra que a solução para a crise ecológica não virá apenas de tecnologias novas ou de discursos oficiais, mas também da recuperação crítica de conhecimentos antigos que ensinavam limites, reciprocidade e responsabilidade.

A falta de colocar em prática a sabedoria dos nossos ancestrais distorce o sentido da vida, pois a nossa existência não se limita a nós mesmos; o resto da criação faz parte de nós, de modo que descuidar do outro é descuidar-se indiretamente. Precisamos viver em harmonia, isto é, evoluir de forma sustentável e parar de correr atrás da modernidade sem refletir sobre as consequências que isso acarreta para a natureza. Nessa direção, a crítica de Krenak à ideia de desenvolvimento como corrida cega por progresso técnico ajuda a pensar que não basta desenvolver; é preciso envolver-se com a vida, com a terra e com os limites do mundo. Essa perspectiva aproxima-se da meta 13.3 da Agenda 2030, que propõe ampliar a educação, a conscientização e a capacidade humana e institucional para responder à mudança climática (Nações Unidas, 2015, p. 36). Também se aproxima do ODS 4, especialmente da meta 4.7, ao sugerir uma formação voltada a estilos de vida sustentáveis e à valorização da diversidade cultural. Assim, o debate não se resume a proteger árvores ou animais; trata-se de repensar a própria formação humana. **Que tipo de educação estamos construindo quando as novas gerações sabem usar tecnologias, mas desaprendem a respeitar a terra que lhes sustenta?**

Seguimos a modernidade acreditando que o suporte das nossas vidas está apenas no desenvolvimento de novas tecnologias, mas isso é um mito, porque tudo o que utilizamos para esse desenvolvimento vem da natureza. Explorar a natureza de forma controlada seria um primeiro passo para um verdadeiro envolvimento, e não apenas para um desenvolvimento vazio. Nessa linha, Kopenawa e Albert (2015) alertam que ainda há possibilidade de reversão enquanto a floresta permanece viva. Se a destruição prosseguir,

os rios desaparecerão debaixo da terra, o chão se desfará e as pedras racharão com o calor. Essa imagem é forte porque coloca diante de nós a consequência final do desprezo pelo mundo vivo. A China, assim como outros agentes externos, foi à Guiné-Bissau acreditando lucrar com negociações vantajosas, mas as consequências dessa exploração não ficarão restritas a um lugar. Elas se espalham e atingem a todos. A crise ecológica, nesse sentido, mostra que a natureza responde coletivamente a ações que, muitas vezes, foram pensadas apenas em termos de lucro privado.

O desaparecimento da fauna e da flora de Matu di Kon não pode, portanto, ser lido como simples nostalgia individual por um passado perdido. Trata-se de um testemunho local de um problema global: a degradação dos ecossistemas, a perda de biodiversidade, o enfraquecimento das bases da agricultura, a escassez de água, a fragilização dos modos comunitários de vida e a insuficiência das instituições diante da destruição. É por isso que este capítulo dialoga de forma tão direta com os ODS 2, 6, 12, 13, 15 e 16. O que está em jogo não é apenas a preservação da natureza como paisagem, mas a defesa da vida como relação. Quando desaparecem os animais, as árvores, os peixes, as chuvas regulares e os campos cultiváveis, desaparece também uma parte da humanidade que aprendia a viver com eles. Reconhecer isso é o primeiro passo para interromper a lógica que transforma a terra em recurso e o futuro em risco permanente.

CONSIDERAÇÕES

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidencia que o desaparecimento da fauna e da flora em Matu di Kon não pode ser compreendido como um fenômeno isolado ou meramente ambiental. Trata-se de um processo complexo, que envolve transformações nas formas de relação entre os seres humanos e a natureza,

marcadas pelo avanço de práticas predatórias, pela introdução de tecnologias sem o devido acompanhamento ético e pela fragilidade das instituições responsáveis pela proteção dos ecossistemas.

A partir das experiências vividas, foi possível demonstrar que a degradação ambiental afeta diretamente os modos de vida da comunidade, comprometendo a agricultura, a segurança alimentar, os vínculos culturais e os laços afetivos construídos historicamente entre pessoas, animais e território. O desaparecimento progressivo das espécies e a alteração dos ciclos naturais revelam não apenas uma crise ecológica, mas também um empobrecimento das relações sociais e da própria sensibilidade humana diante da vida.

Nesse contexto, torna-se evidente que a crise ambiental não pode ser enfrentada apenas com soluções técnicas ou medidas pontuais. É necessário fortalecer instituições comprometidas com o bem comum, combater práticas ilegais e promover maior responsabilização no uso dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, é fundamental valorizar e recuperar os saberes ancestrais, que orientavam uma relação mais equilibrada, respeitosa e sustentável com o meio ambiente.

Por fim, este trabalho reforça que a realidade de Matu di Kon expressa, em escala local, desafios que são globais. A defesa da natureza, portanto, não se limita à preservação de espécies ou paisagens, mas implica a defesa da vida em sua totalidade. Reconhecer a interdependência entre seres humanos e o restante da criação é um passo essencial para construir formas mais justas, sustentáveis e responsáveis de habitar o mundo.

REFERÊNCIAS

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório.** Publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York: ONU, 2015.

PINTO, Paula. **Tradição e modernidade na Guiné-Bissau: uma perspectiva interpretativa do subdesenvolvimento.** 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) – Centro de Estudos Africanos, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2019.

WERÁ, Kaká: **uma arte milenar indígena para o bem-viver.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2024.

Hermindo João Wimpe

Hermindo João Wimpe é mestrando em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduado em Humanidades e licenciado em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), desenvolve pesquisas nas áreas de educação, sociologia e relações étnico-raciais, com foco nas práticas educativas e culturais na Guiné-Bissau. Atua como educador e participa de projetos voltados à educação antirracista e ao intercâmbio cultural, articulando saberes da tradição oral africana com o contexto escolar. É autor de trabalhos acadêmicos sobre educação e cultura Mandjaku.

E-mail: joaowimpehermindo@gmail.com

Cristiane Weide Gonçalves

Cristiane Weide Gonçalves é graduada em Pedagogia pela UFSM, especialista em Gestão Educacional pela ULBRA e mestranda em Políticas Públicas e Gestão Educacional na UFSM. Atua como professora na rede municipal de Santa Maria, com experiência em coordenação pedagógica e formação docente. Desenvolve trabalhos na área de Educação, com foco em práticas colaborativas e protagonismo infantil, além de participar de projetos de ensino, pesquisa e iniciação à docência (PIBID).

E-mail: cristiane.goncalves@prof.santamaria.rs.gov.br

Moises João Wimpe

Moisés João Wimpe é natural da Guiné-Bissau e concluiu o Ensino Médio no Liceu Padre António Grilo em 2023. Desde 2024, cursa graduação em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no Brasil. Possui fluência em crioulo (fala e compreensão) e nível razoável em leitura e escrita, além de domínio intermediário do português nas habilidades de compreensão, fala, leitura e escrita.

E-mail: mjoaowimpe@gmail.com

Runice Cá

Runice Cá é uma profissional de Guiné-Bissau, graduanda em Administração Pública e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia. Possui formação técnica em Gestão de Recursos Humanos pela ONG JAFE. Atuou na organização de eventos acadêmicos e concluiu também curso técnico em Cozinha, ampliando sua experiência interdisciplinar. Publicou artigo em 2026 sobre educação e saberes tradicionais dos Mandjakus. Fluente em crioulo, com conhecimentos em português, destaca-se pelo interesse em gestão, organização de processos e desenvolvimento de competências práticas.

E-mail: runicenatashaalmeidaca@gmail.com